

Educação, trabalho e juventude: o dilema brasileiro e a experiência da Prefeitura de São Paulo

Marcio Pochmann*

Apresentação

Durante os anos noventa, o Brasil apresentou uma melhora não desprezível dos seus índices educacionais quantitativos. Reduziu a taxa de analfabetismo e aumentou o nível médio de escolaridade, ainda que a um ritmo menor do que nas décadas anteriores. De forma paralela, os níveis de desemprego explodiram, assim como a precariedade, o sobretrabalho e a deterioração dos níveis de renda.

Como se apresentou a relação entre educação e trabalho neste cenário? Este texto procura desenvolver o argumento de que a deterioração das condições do mercado de trabalho, ao invés de serem contidas pela melhoria educacional, contribuíram para o desperdício e desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade. Por outro lado, o desempenho do mercado de trabalho mostra-se ainda mais segmentado, excluindo os mais pobres dos empregos nos segmentos educacionais mais elevados.

Tal círculo vicioso impediu que a educação revelasse o seu potencial transformador das relações humanas e de agregação de valor à produção no Brasil. No contexto de emergência da sociedade do conhecimento, os requisitos educacionais do emprego se ampliaram. Entretanto, a incapacidade de crescimento econômico, a estagnação do investimento, especialmente nos setores mais inten-

* Professor licenciado do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas. Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo.

sivos em tecnologia, bem como a manutenção da extrema disparidade entre os níveis de renda, fizeram com que o Brasil não assimilasse as tendências potencialmente positivas da sociedade do conhecimento, destacando-se como uma sociedade de baixos salários e de consumo ostentatório de serviços pessoais.

Sair deste círculo vicioso é vital para que o país possa participar de forma mais dinâmica do novo cenário internacional e ampliar o dinamismo interno, permitindo que a educação passe a significar novamente ascensão social, e não como hoje, uma defesa, aliás profundamente precária, contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda.

Este texto procura sintetizar, em primeiro lugar, os novos requisitos colocados pela sociedade do conhecimento, para depois discutir quais são os desafios colocados para o mundo do trabalho neste contexto. No segundo e terceiro tópicos, discute a relação particular entre educação e trabalho, tal como vivenciada pelo jovem brasileiro, e como este segmento tem sofrido particularmente com a nova exclusão social, fenômeno típico dos anos noventa. Finalmente, são apresentadas as principais linhas da estratégia paulistana de inclusão social, centrando fogo no Programa Bolsa Trabalho, voltado para a população de 16 a 29 anos.

1. A sociedade do conhecimento

A natureza das transformações no modo de produção capitalista desde o final do século passado tem influenciado decididamente o papel que a educação e a formação profissional possuem na inserção e trajetória ocupacional ao longo da vida útil das pessoas. Com isso, passou-se a considerar cada vez mais as inadequações existentes entre o atual sistema educacional e o cada vez mais complexo mundo do trabalho.

Nesse caso, a transição da sociedade industrial para a chamada sociedade do conhecimento estaria exigindo uma maior preparação em termos de educação e formação, contradizendo, de forma geral, o período fordista anterior. Em função disso, o tempo de preparação para o ingresso no mercado de trabalho passa a ser maior, assim como a educação e a formação precisam ser continuadas ao longo da vida útil das classes trabalhadoras.

Não sem motivo, torna-se absolutamente fundamental proceder a um conjunto de alterações no atual sistema educacional e de formação profissional. Justamente porque a fase de transição da economia tradicional para uma nova eco-

nomia estaria a exigir uma educação geral ampliada e formação continuada ao longo do ciclo de vida ativa das classes trabalhadoras. Essa forma seria a de alcançar a transdisciplinariedade do conhecimento e possibilitar a contínua transferência tecnológica, numa sincronia direta entre o sistema educacional e o mundo do trabalho.

O novo compromisso do sistema educacional e de formação profissional se daria com forte ênfase na etapa inicial e teria continuidade ao longo da vida ativa. Assim, não estaria mais e tão somente concentrada e restrita à fase etária precoce. Dentro desse conceito, a educação geral exigiria mais tempo de vida da juventude, estando comprometida como a aprendizagem teórica e prática, capaz de potencializar as oportunidades do conhecimento. Dessa forma, a postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho é coetânea com os desafios da sociedade do conhecimento.

Destaca-se também do papel da educação na sociedade do conhecimento a exigência de identificação das competências laborais. Em síntese, a capacidade de o trabalhador dominar o conjunto de tarefas que configuram uma determinada função, principalmente pela situação geral de maior concorrência no interior do mercado de trabalho e o surgimento de novas funções ocupacionais. Não por acaso, são as instituições de ensino existentes (Universidades, escolas e demais entidades) que assumem maior e inovador compromisso com a sociedade do conhecimento com menos exclusão social.

Paralelamente, o desafio do constante aprimoramento do trabalho exige um mercado de trabalho mais estável, com menores índices de rotatividade e precariedade. Por sua vez, os investimentos crescentes em educação devem ser repartidos entre os agentes econômicos. Trata-se de um mito imaginar que o trabalhador incorrerá com os custos necessários à formação e educação num contexto de renda deteriorada e postos de trabalho de baixa qualidade.

Na maior parte das vezes, a experiência internacional aponta para a existência de sistemas educacionais e de formação acompanhados por diferentes políticas de capacitação e treinamento. Mais recentemente, as ações voltadas para a formação tendem a incorporar múltiplos programas e redes de cooperação de ensino e aprendizagem.

Frente a isso, o Brasil encontra-se ainda defasado, com sistema educacional inadequado para a maioria dos trabalhadores, não permitindo que todos completem o ensino médio. As deficiências são agravadas por um mercado de trabalho precário, que acaba empurrando milhares de jovens e crianças para o traba-

Quadro 1
Alterações na base da capacitação profissional

Economia Tradicional	Nova Economia	Alterações na formação
<ul style="list-style-type: none">• Baixa profissionalização e altos salários	<ul style="list-style-type: none">• Diferenciação nas profissões e nos salários	<ul style="list-style-type: none">• Diversificação dos programas de formação
<ul style="list-style-type: none">• Alta organização, burocrática e hierarquizada	<ul style="list-style-type: none">• Organização baixa, com ênfase na flexibilidade funcional	<ul style="list-style-type: none">• Valorização da certificação e competência laboral
<ul style="list-style-type: none">• Ocupação em massa e padronizada	<ul style="list-style-type: none">• Fragmentação e polarização da força de trabalho, com um núcleo estável e a maior parte, instável	<ul style="list-style-type: none">• Formação generalizada, porém com diferenciação por funções
<ul style="list-style-type: none">• Divisão entre administração e trabalho na produção	<ul style="list-style-type: none">• Redução dos graus de diferenciação entre níveis de gerência, supervisão e produção	<ul style="list-style-type: none">• Especialização flexível e formação multidisciplinar
<ul style="list-style-type: none">• Maior parte dos trabalhadores recebe uma formação mínima sobre o trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Formação orientada pela demanda de força de trabalho, com uso de programas públicos de formação	<ul style="list-style-type: none">• Formação como investimento nacional, sendo o Estado um ator estratégico

Fonte: POCHMANN, Marcio. 2001. *O emprego na globalização*, São Paulo, Boitempo

lho e adultos para o desenvolvimento de atividades precárias e instáveis. Se há problemas de natureza quantitativa já identificados, maiores são ainda os problemas de qualidade, o que também se percebe no caso do ensino superior, onde a inserção é muitas vezes limitada pelo mercado.

O resgate do papel da educação e da formação aponta para o atendimento de exigências inexoráveis da sociedade do conhecimento. Simultaneamente, assumem maior relevância a postergação do ingresso dos jovens no mercado de trabalho e o constante aprimoramento dos trabalhadores adultos.

Quadro 2
Modelos de educação profissional

Sistema de formação	Características gerais	Países
Centralidade da escola	Autonomia dos indivíduos na decisão sobre os investimentos em formação, com pluralidade na oferta de cursos, baixa qualificação reconhecida em nível nacional e formação específica na empresa.	Estados Unidos e Canadá
Aprendizagem formativa	Co-determinação dos atores na formação, com certificação de habilidades e fortes incentivos à formação.	Suíça, Áustria e Alemanha
Estado como guia	Formação geral (escola) e específica (empresa) financiada pelo governo.	Suécia e Noruega
Formação na empresa	Emprego para toda a vida, com a empresa fornecendo a formação geral e específica incorporada ao processo produtivo.	Japão
Formação complementar	Financiamento entre os empresários, sem garantia de formação para desempregados e trabalhadores de pequenas empresas.	Austrália, França e Inglaterra

Fonte: POCHMANN, Marcio. 2001. *O emprego na globalização*, São Paulo, Boitempo

2. O jovem e os desafios do mundo do trabalho

O trabalho apresenta diferentes identificações para o ser humano. Ele pode representar desde a situação de esforço, dor (labor) e obra (opus), ambos contrários ao ócio, até a condição essencial da própria vida, como bom trabalho, que liberta das necessidades limitadas à sobrevivência e oportuniza participação e inclusão social¹.

O trabalho encontra-se vinculado ao desenvolvimento humano, especialmente na sua forma ontológica, que representa a capacidade do homem trans-

1 Para uma melhor discussão sobre os sentidos do trabalho ver: WEBER, M. (1980) *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. 2ª edição; ARENDT, H. (1995) *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 7ª edição; MARX, K. (1984) *O capital*. Livro primeiro, vol. I, Cap. I. São Paulo: Difel; ANTUNES, R. (1999) *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo; LAFARGUE, P. (1999) *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; BOISSONNAT, J. (1998) *Horizontes do trabalho e do emprego*. São Paulo: LTr.

formar a si próprio e a natureza. Mas também, e principalmente, o trabalho na sua forma histórica tem sido mais visado como condição de financiamento da sobrevivência humana, nem sempre associado ao desenvolvimento humano.

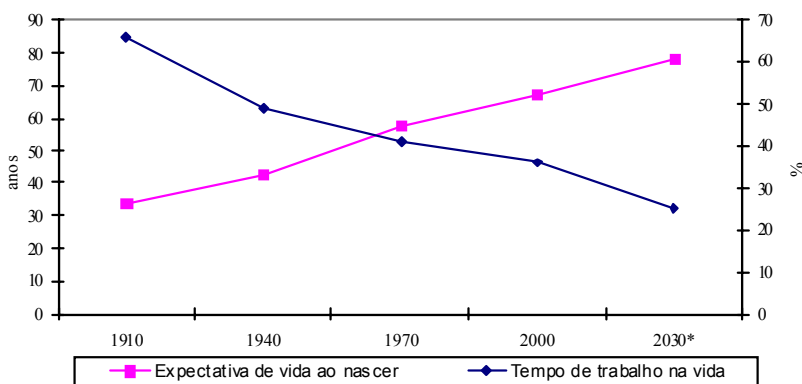
De sua evolução histórica aos dias de hoje, passando pelas perspectivas futuras, o trabalho parece ser condição inalienável ao ser humano. É claro que o trabalho não representa uma condição homogênea para toda sociedade, combinando distintas situações de exercício de trabalho e de não-trabalho. Para alguns poucos segmentos populacionais, a vida nem sempre dependeu do trabalho, uma vez que a concentração da propriedade, do dinheiro e do poder permitiu viver à margem da condição do trabalho comum a todos.

No modo de produção capitalista, as classes trabalhadoras distinguem-se dos ricos justamente por não deterem a propriedade da terra e dos meios de produção. Somente pelo trabalho torna-se possível libertar-se do limite da sobrevivência.

Com o avanço histórico das lutas sociais e políticas, as classes trabalhadoras alcançaram condições de trabalho mais civilizadas, em que a regulação do mercado de trabalho viabilizou a redução de vários graus de exploração considerável. Antes disso, o tempo de vida estava condicionado basicamente ao trabalho, uma vez que o exercício dele exigia o cumprimento de jornada diária de 16 a 18 horas, sem descanso semanal, férias, feriados e aposentadorias.

Gráfico 1

Evolução da expectativa média de vida ao nascer (em anos) e a participação relativa do trabalho no tempo de vida (em %). Brasil.



Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil (elaboração própria).

* projeção

Além do exercício contínuo do trabalho ao longo do ciclo de vida humano, o ingresso no mercado de trabalho ocorria nas faixas etárias mais precoces possíveis (5 a 6 anos de idade). Não havia possibilidades generalizadas da inatividade, fazendo com que o fim da condição de trabalhador somente terminasse com a morte.

Nesses termos, o trabalho terminava consumindo quase 70% de todo o tempo de vida humana. Para uma população com a expectativa média de vida um pouco acima dos trinta anos, viver era fundamentalmente trabalhar, com o ingresso no mundo do trabalho ainda muito cedo.

Com toda luta social que permitiu avançar nas conquistas sociais e trabalhistas, as classes trabalhadoras foram obtendo redução importante na jornada de trabalho, com introdução de limites para o ingresso e saída do mercado de trabalho. A legislação de trabalho do menor, por exemplo, inibiu o ingresso precoce no mercado de trabalho de crianças e adolescentes, enquanto a implementação de sistemas de aposentadoria e pensão permitiu aos trabalhadores usufruírem da condição de inatividade remunerada com recursos de fundos contributivos de verbas orçamentárias.

Apesar de argumentos ultrapassados e da pressão de conservadores, o Brasil logrou ampliar, a partir dos anos 30, ainda que lentamente e de forma segmentada, o acesso à educação pública e à alimentação escolar. Também aumentaria a garantia de renda às famílias pauperizadas, como condição de libertação do emprego de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Atualmente, embora ainda encontram-se parcelas importantes de crianças e adolescentes trabalhando, torna-se fundamental avançar na viabilização de condições que favoreçam a entrada mais tardia possível de jovens no mercado de trabalho. Nota-se que há no Brasil, para cada 10 jovens, quase 7 ativos no mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos, a presença de jovens no mercado de trabalho é muito menor, chegando a apenas 1 ativo para cada 9 inativos.

Dessta forma, a redução da taxa de atividade juvenil pode facilitar a ampliação da escolaridade e a melhor preparação para o ingresso no mercado de trabalho mais tardiamente possível. Para isso, torna-se fundamental o fim da condenação ao trabalho precoce para a maior parte dos jovens brasileiros, o que somente seria possível com a implementação um programa nacional de transferência de renda capaz de financiar a inatividade, assim como ocorre privadamente aos jovens pertencentes às famílias ricas.

Em pleno limiar do século 21, a participação relativa do segmento etário de

15 a 24 anos no total da População Economicamente Ativa é de 25%, embora o jovem responda por 50% do desemprego nacional. Enquanto a taxa de desemprego aberto dos jovens gira em torno dos 18%, a taxa média nacional esteve em 9,4% do total da força de trabalho, segundo o IBGE (PNAD) no ano de 2001.

Além disso, nota-se também que do total de 33,5 milhões de jovens, apenas 38% (12,6 milhões) eram inativos, ao passo que 51% (16,8 milhões) possuíam algum vínculo empregatício e 11% (3,7 milhões) estavam desempregados. Somente a metade do total da população juvenil estudava, sendo a maior parte fora da respectiva série escolar.

A maioria dos que não estudavam era composta de jovens que trabalhavam. Isto é, 10,6 milhões de jovens trabalhavam, porém não freqüentavam a escola. Da mesma forma, percebe-se que, entre os jovens inativos, havia 35,3% que não estudavam, equivalendo a 4,5 milhões de brasileiros (13,6% de todos os jovens no país) que não trabalhavam, não estudavam e nem procuravam emprego.

Refere-se possivelmente a uma situação de inatividade forçada, que se associa à emergência da nova exclusão no Brasil. Isso se expressa, em grande medida em relação à escolaridade, posto que do total dos jovens que estudam, 43,2% estavam no ensino fundamental, 43,5% estavam cursando o ensino médio e apenas 13,3% estavam no ensino superior.

Por outro lado, quando se leva em consideração os níveis de renda diferenciados, podem ser identificadas enormes desigualdades nas oportunidades de educação e trabalho entre os jovens. Constata-se que na ocupação, são os jovens pertencentes às famílias de maior renda aqueles com maior acesso ao trabalho assalariado (77,1%), sendo que 49,0% dos jovens ricos trabalham possuem contrato formal.

Para os jovens pertencentes às famílias de baixa renda, somente 41,4% possuem empregos assalariados, sendo ainda bem menor o contingente de ocupados assalariados com contrato formal (25,7%). Sem acesso ao assalariamento e, sobretudo, ao contrato formal, há inequivocamente maior exclusão dos benefícios da legislação social e trabalhista para os jovens de baixa renda no Brasil.

No caso das categorias ocupacionais, observa-se também uma forte desigualdade entre jovens ricos e pobres. A presença de jovens de maior renda no trabalho doméstico é residual (7,9%), sendo que apenas 7% percebem algum rendimento desse trabalho. No caso dos jovens de baixa renda, a participação no trabalho doméstico é de quase a metade (46,2%), com mais de 26,8% remunerados.

Ainda em relação ao funcionamento do mercado de trabalho, verifica-se que o desemprego de jovens de baixa renda é bem maior (26,2%) do que o desemprego dos jovens de renda elevada (11,6%). Por fim, cabe destacar a relação entre nível de renda e a educação, uma vez que, entre os jovens pobres, apenas 38,1% estudavam. Enquanto isso, entre os jovens ricos inativos, 80% estudavam.

3. Juventude e Exclusão social no Brasil

A relação entre trabalho e educação no Brasil durante os anos noventa não pode ser analisada sem um estudo da dinâmica da exclusão social, que penaliza sobremaneira o jovem brasileiro.

Enquanto para uma parcela significativa de jovens filhos de pais de renda média e alta tem havido uma pressão considerável para o abandono do país em busca de melhores perspectivas ocupacionais e de remuneração. Aos jovens filhos de pais pobres, a violência tem se alastrado como reflexo da falta de um horizonte de ocupação e renda decente.

Ou seja, em ambos os extremos da escala social, transparece um cenário de falta de perspectivas de inserção no mundo do trabalho, apesar da elevação dos indicadores de escolaridade.

No Brasil, tal realidade pode ser comprovada quando se observa que o conjunto de mortes violentas constitui a primeira causa no total de mortalidade verificada na faixa etária de 5 a 39 anos de idade. Desse segmento, as mortes ocasionadas por homicídio somente entre os jovens de 15 à 24 anos de idade, além de possuírem ainda maior significância relativa, vêm crescendo a cada ano, conforme atestam diversos estudos realizados no Brasil².

Ademais da imersão de grande parte da juventude brasileira no amplo ambiente da violência, chama a atenção o fato de o país registrar indicadores de mortalidade por homicídio superior em termos internacionais. O coeficiente de mortalidade por homicídio na faixa etária de 15 a 24 anos chega a ser, por exemplo, superior ao de países em situação de fortes conflitos abertos, seja para o sexo masculino ou para o feminino.

2 A literatura existente no Brasil é bastante clara sobre a violência na juventude. Sobre isso, ver mais em: GAWRYSZEWSKI, U. (1991) *A mortalidade por causas externas no município de São Paulo*. São Paulo: FSP/USP; JORGE, M. (1998) *Como morrem nossos jovens*. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD; ADORNO, S. (1998) *Violência criminal no Brasil*. In: *Seminário nacional sobre emprego e violência*. Brasília: CNPD.

Quadro 3

Participação dos homicídios no total das mortes
na faixa etária de 15 a 24 anos em 19 países selecionados

País e ano de referência	Participação dos homicídios no total das mortes (em %)	
	Masculino	Feminino
Alemanha (1997)	1,60	2,00
Argentina (1996)	6,55	7,36
Armênia (1997)	2,05	2,12
Austrália (1995)	2,15	1,89
Brasil (1999)	40,06	35,77
Canadá (1995)	1,54	1,41
Chile (1995)	4,78	3,94
Croácia (1997)	3,21	2,06
Eslovénia (1997)	1,32	7,31
Espanha (1995)	1,48	0,96
EUA (1997)	22,48	10,23
França (1996)	1,35	1,67
Irlanda (1997)	5,36	3,23
Israel (1996)	2,63	2,40
Itália (1995)	2,91	2,32
Japão (1997)	0,88	1,15
México (1995)	21,58	14,65
Rússia (1997)	10,51	9,80
Suécia (1996)	1,52	2,44

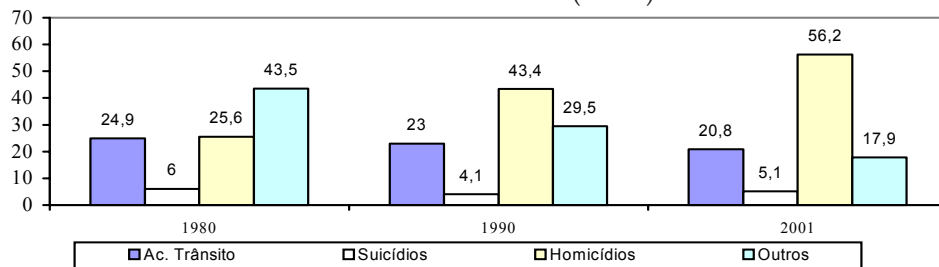
Fonte: World Health Statistics Annual, vários anos.

A partir de 1980, observa-se como aumenta a quantidade de mortes por causa externa (acidente de trânsito, suicídio, homicídio, entre outras) entre jovens. No o ano de 2001, por exemplo, 32.250 jovens morreram por causas não naturais, enquanto em 1990 foram 25.258 e, em 1980, 16.903 mortes. Ou seja, em 21 anos, as mortes violentas simplesmente dobraram entre jovens no Brasil.

No conjunto das causas externas, as mortes por homicídios são as que mais crescem, deixando de representar 25,6%, em 1980 para responder por 37,8% em 2001. Na medida em que aumentou a participação relativa das mortes provocadas

pelos homicídios no total de mortos anualmente entre os jovens, reduziu a participação relativa das mortes por suicídio e por acidente de trânsito no Brasil. Em síntese, os homicídios entre jovens dobraram em relação ao total das mortes violentas.

Gráfico 2
Composição do total de mortes por causas externas na faixa etária de 15 a 24 anos (em %). Brasil.

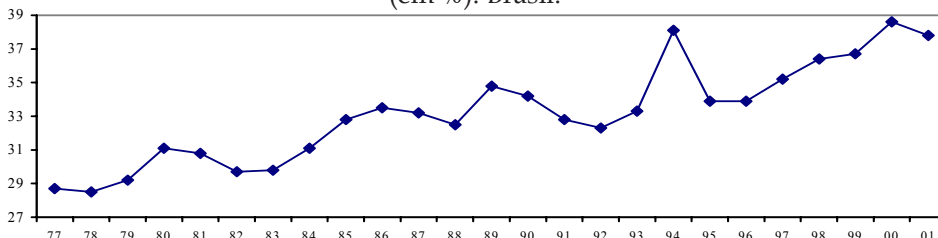


Fonte: DATASUS

O adicional de mortes por homicídios entre jovens tem sido crescente ao longo das últimas duas décadas. Com isso, aumento continuamente a participação dos jovens no total das mortes ocorridas por homicídios no Brasil, saindo de 28,8% na década de 1970, passando por 31,9% na década de 1980 e chegando a 34,7% na década de 1990.

O ambiente em que ocorrem as mortes por homicídio entre jovens, embora diga respeito a um conjunto grande de motivos, está relacionado, sobretudo, ao grau de vulnerabilidade juvenil. Nesse sentido, a desigualdade de renda e de oportunidades contribuem decisivamente para a produção e reprodução da violência juvenil.

Gráfico 3
Participação da faixa etária de 15 a 24 anos no total de mortes por homicídios (em %). Brasil.

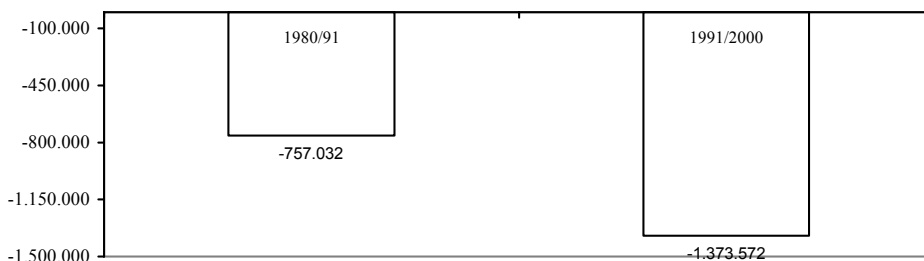


Fonte: SIM-MS (Elaboração SDTS/PMSP)

Por outro lado, num país marcado historicamente pela imigração, chama a atenção que desde 1980 a parcela mais jovem da população esteja deixando o Brasil³. A ausência de perspectivas de renda e trabalho decente, que desmobiliza o potencial de mobilidade social, possivelmente incentiva os jovens mais preparados a buscarem novas oportunidades fora do país.

Gráfico 4

Estimativa do saldo emigratório do segmento juvenil entre 1980 e 2000. Brasil.



Fonte: IBGE (Elaboração SDTS/PMSP)

Ainda que seja difícil localizar nas informações oficiais disponíveis, não se pode descartar a hipótese que associa fortemente o processo de emigração às classes de renda mais elevadas. Nesse sentido, a saída de jovens melhor preparados em termos de escolaridade e formação profissional corresponde a um desperdício de recursos humanos e materiais imprescindíveis, justamente no momento em que ocorre a transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento.

4. A Prefeitura de São Paulo, o Bolsa Trabalho e a estratégia paulistana de inclusão social

A experiência inédita do Programa Bolsa Trabalho -um dos 9 programas pertencentes à estratégia de inclusão social da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (ver quadro 3)- aponta no

3 Sobre a literatura brasileira especializada ver: PATARRA, N. (1995) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP; BERQUÓ, E. (2001) *Migrações internacionais*. Brasília: CNPD.

sentido da elevação da escolaridade simultânea à postergação do ingresso do jovem de menor renda do mercado de trabalho. Em contrapartida, o Programa Bolsa Trabalho oferece a cerca de 65 mil jovens uma garantia temporária de renda associada à aprendizagem teórica e à prática em atividades comunitárias.

Esta proposta, na prática, questiona um dos lugares-comuns das políticas de emprego do Brasil, que pode ser resumido pelo conceito de empregabilidade. Muitas pessoas acabam sendo convencidas de que devem se reciclar para aumentar o seu preço no mercado. Salário baixo ou situação de desemprego passam a ser vistos como reflexo da incapacidade individual.

É como se a inserção ocupacional tivesse se tornado uma questão de maior ou menor marketing pessoal. São assim os trabalhadores incentivados a uma concorrência predatória –cada um por si e todos contra todos– em busca de um lugar ao sol num mercado de trabalho cada vez mais nublado.

Para os jovens, justamente a parcela mais afetadas por essas tendências precarizadoras, como vimos acima, a convivência com a lógica individualista, além de comprometer o acesso à cidadania, não traz resultados práticos. De fato, no acumulado de 1994 a 2002, foram gerados apenas 45 mil empregos na Grande São Paulo.

Desde o início da atual gestão, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, tem tentado superar essa lógica restritiva presente no conceito de empregabilidade, já que atuamos num contexto de desemprego elevado e precarização crescente dos postos de trabalho.

Quando da formulação e implementação dos programas sociais da SDTS, defrontou-se com duas opções: fazer cursos rápidos de formação para empurrar as pessoas para um mercado de trabalho extremamente precário e competitivo; ou então estimular a continuidade dos estudos e o desenvolvimento de atividades sociais e comunitárias, acompanhadas de um benefício sob a forma de transferência de renda.

A opção pela segunda estratégia vem surtindo efeito. Entre junho de 2001 e dezembro de 2004, cerca de 65 mil jovens paulistanos já receberam a bolsa, tendo como contrapartida a continuidade dos estudos e o desenvolvimento de atividades sociais, comunitárias e o aprendizado de novas habilidades. O efeito deste programa é não tanto de gerar empregos ou reduzir o desemprego, mas possibilitar o retorno ao estudos e a recuperação da auto-estima, estimulando o desenvolvimento de novas habilidades.

Com a obrigatoriedade de que aqueles que não concluíram o ensino médio

devem continuar freqüentando a escola, foi possível retirá-los de um cotidiano social onde funcionavam como mão-de-obra barata e precária, realizando bicos que os afastavam de qualquer possibilidade de ascensão social ou profissional.

Para os jovens que haviam concluído o segundo grau –de acordo com a tendência de ampliação do número de jovens com segundo grau completo– criou-se o Bolsa Trabalho-Cursinho, em que o poder público assume os custos com a continuidade dos seus estudos. Já no programa Bolsa Trabalho-Estágio, a Prefeitura, em parceria com o CIEE, encaminha jovens para as empresas, que se encarregam do pagamento de uma bolsa. No caso do Programa Bolsa Trabalho-Emprego, as empresas contratam os jovens e fornecem uma formação profissional no local de trabalho custeada pelo poder municipal, em parceria com a Unesco e com o Uniemp. Nesta modalidade, a formação profissional está vinculada a uma vaga já existente no mercado de trabalho.

Ou seja, a estratégia municipal, ao mesmo tempo em que assegura a recuperação dos laços de solidariedade e a continuidade dos estudos, estabelece programas complementares que viabilizam uma inserção minimamente digna no mercado de trabalho.

Desta forma, consegue-se fugir dos dois principais riscos das políticas de emprego atuais, sejam elas a ideologia da capacitação a todo custo, que passa ao jovem a impressão de que suas dificuldades profissionais são um fracasso pessoal; ou a ilusão da autonomia estatal, que não leva em conta a potencialidade de parcerias com instituições da sociedade civil.

Ao estabelecer parcerias com várias instituições e entidades da sociedade civil, a Prefeitura conseguiu multiplicar os cursos e as atividades sociais e comunitárias para o seu público-alvo, abrindo novas possibilidades de inserção social. Quanto às empresas, a sua participação tem sido fundamental para a expansão dos programas de estágio e formação no local de trabalho para os jovens do Bolsa Trabalho. Entretanto, infelizmente, no caso do estágio, os jovens de baixa renda são muitas vezes preteridos pelos jovens de classe média. Isto revela que muitas empresas não conseguiram assimilar na prática a responsabilidade social.

Quadro 4

Eixos Programáticos da Estratégia Paulistana de Inclusão Social

